



CONSELHO GERAL

ATA N.º 6/2011

Reunião Ordinária do Conselho Geral

-----Aos quatro dias do mês de outubro de dois mil e onze, teve lugar, na Sala do Conselho Científico da Reitoria da Universidade dos Açores, pelas onze horas, uma reunião ordinária com os membros do Conselho Geral da Universidade dos Açores, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1. Apreciação e votação da ata da reunião de 12 de julho de 2011.-----

-----2. Apresentação ao Conselho Geral do parecer emitido pelos conselheiros externos sobre o Plano e Orçamento da Universidade dos Açores para 2012.-----

-----3. Apresentação, discussão e votação do Plano e Orçamento da Universidade dos Açores para 2012.-----

-----4. Deliberação sobre o envio ao Ministro da Educação e Ciência de dois ofícios relacionados com o processo orçamental da Universidade dos Açores.-----

-----5. Apreciação de um “recurso hierárquico impróprio” apresentado pelo ex-Administrador dos Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores sobre o Despacho 163/2011 de 5 de julho de 2011, o qual determina a cessação da nomeação daquele titular.-----

-----6. Outros assuntos de interesse para a Universidade dos Açores.-----

-----Para além do Presidente do Conselho Geral da Universidade dos Açores, Doutor Ricardo Manuel Madruga da Costa, que presidiu, estiveram presentes os seguintes membros:-----

-----Doutor Alfredo Emílio Silveira de Borba;-----

-----Doutor Carlos Eduardo Pacheco Amaral;-----

-----Doutor Carlos Fernando Mimoso Vouzela;-----

-----Doutora Gilberta Margarida Pavão Nunes Rocha;-----

-----Doutora Maria Gabriela Pereira da Silva Queiroz;-----

-----Doutor Mário Alexandre Pousão da Costa Gata;-----

-----Doutor Mário José Amaral Fortuna;-----

-----Doutor Tomaz Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho;-----

-----Estudante Luís Paulo Ramos Freitas;-----
-----Dr. Delmar António de Sousa Bizarro;-----
-----Dr. Francisco Luís de Sequeira Leal Sampaio da Nóvoa;-----
-----Dr. Mário António da Mota Mesquita;-----
-----Dr. Roberto Sousa Rocha Amaral;-----
-----Esteve ausente o estudante Jorge Miguel Braga Ferreira, que não apresentou
justificação.-----
-----Verificada a existência de quórum, o Presidente do Conselho Geral deu as boas
vindas ao Dr. Delmar Bizarro e ao Doutor Mário Gata, pela primeira vez no Conselho
Geral, desejando os maiores sucessos nas novas funções. De seguida, declarou aberta a
sessão.-----
-----1. Não havendo propostas de alteração da ata da reunião de doze de julho de
dois mil e onze, procedeu-se à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com
sete votos a favor e seis abstenções.-----
-----Considerando que os esclarecimentos dados na reunião do dia doze de julho,
acerca do ‘factoring’ realizado para as obras do *campus* da Terceira, não ficaram
devidamente evidenciados em ata, no final da votação o Doutor Alfredo Borba sugeriu
que o Memorando elaborado pelo Doutor Avelino Meneses fosse disponibilizado
publicamente, devendo ficar apenso à ata.-----
-----2. Em seguida, o Presidente do Conselho Geral deu conhecimento do Parecer
emitido pelos conselheiros externos, sobre o Plano e Orçamento da Universidade dos
Açores para dois mil e doze, fazendo referência aos aspetos mais salientes do Parecer,
que ficará apenso à presente ata.-----
-----3. De modo a permitir uma melhor análise do Plano e Orçamento da
Universidade dos Açores para dois mil e doze, estiveram presentes o Vice-Reitor para a
Área Administrativa, por solicitação do Magnífico Reitor, bem como o Administrador
da Universidade dos Açores e a Administradora dos Serviços de Ação Social da
Universidade dos Açores.-----
-----O Magnífico Reitor começou por esclarecer que o Plano de Atividades
apresentado foi feito num contexto de grandes restrições orçamentais, por uma equipa
reitoral recentemente eleita, não tendo sido possível apresentar um plano mais inovador
como pretendiam, tendo, no entanto, verificado uma vontade de mudar por parte das
unidades orgânicas, a nível de aumento de cursos, nomeadamente no que diz respeito
aos 1.º, 2.º e 3.º ciclos, a pós-graduações e a cursos de ensino à distância.-----

-----O Vice-Reitor para a Área Administrativa apresentou um resumo do Plano de Atividades, elaborado com o contributo das unidades orgânicas, dizendo que, apesar dos cortes verificados para dois mil e doze, não há reduções em relação ao ano anterior. No que diz respeito ao plano estratégico, salientou alguns dos pontos mais importantes, como o reforço da qualidade de ensino, a internacionalização da Universidade, o incremento da investigação científica e o reforço da relação com a sociedade e com as empresas.-----

-----O Administrador da Universidade dos Açores fez uma breve apresentação do orçamento global, elaborado com base na metodologia aprovada em Conselho Geral, explicando que a Universidade teve um corte de 8,5% da transferência do orçamento de estado. Explicou ainda que, dada esta redução da dotação, a Universidade dos Açores ficou com 14,1 milhões de euros que não são suficientes para cobrir as despesas com as remunerações certas e permanentes, pelo que terão de recorrer às receitas próprias para cobrir a diferença. Por fim, acrescentou que o orçamento global foi construído com base no constrangimento do corte dos 40%, resultando um défice de 1,2 milhões de euros.----

-----No que respeita aos Serviços de Ação Social, a Administradora informou que também se verificou uma quebra de 8,5% naqueles Serviços, dando origem a cortes/restrições nas despesas de funcionamento, de modo a equilibrar o orçamento.-----

-----Aberto um período de debate, seguiram-se as seguintes intervenções:-----

-----Doutor Tomaz Dentinho: Considera que o Plano de Atividades se assemelha a uma congregação de vários Planos não coordenado pelas unidades orgânicas e que, vindo de uma nova equipa, não traz nada de novo, nomeadamente no que diz respeito à racionalização do ensino. Em termos do orçamento, acha que não se deve aprovar um orçamento que, apesar de estar globalmente equilibrado, não está equilibrado a nível das unidades orgânicas. Para ultrapassar o problema do equilíbrio, sugere ensaiar a reestruturação das unidades orgânicas. Para finalizar, apresenta duas propostas: i) os relatórios e contas, bem como os planos e orçamentos, aprovados em Conselho Geral, devem ser divulgados por toda a academia e disponíveis no *moodle* do Conselho Geral; ii) a gestão da tesouraria da Universidade deve atender aos fluxos de tesouraria imputáveis às unidades orgânicas.-----

-----Doutor Mário Gata: No que respeita ao equilíbrio das diversas unidades orgânicas, considera que a questão do défice de cada unidade orgânica depende dos critérios utilizados para a contabilização dos alunos, acrescentando que a lecionação que o Departamento de Matemática faz para o exterior deveria ser paga segundo os mesmos critérios subjacentes ao financiamento da UAc pelo próprio Ministério.-----

-----Doutor Carlos Amaral: Antes de se pronunciar sobre o assunto, apresentou um protesto por esta reunião ter tido lugar em outubro, e não em fins de agosto ou princípios de setembro, como tinha ficado combinado na última reunião, e que só a título excepcional é que aceita que a aprovação deve ser feita *a posteriori*. No que diz respeito ao Plano de Atividades, considera que se trata de um relatório sem propostas/medidas concretas, não sendo possível conferir neste documento compromissos que possam ser cumpridos. Quanto ao Orçamento, tem alguns reparos a fazer, pois verificou que, na leitura que fez, os mapas apresentados não coincidiam com o que foi aprovado pelo seu departamento, e coloca várias questões, nomeadamente no que diz respeito a: i) comparticipação para os serviços centrais; ii) despesas com pessoal, pois tinha a ideia de que estavam a ser imputadas despesas com pessoal com valores que não correspondem aos atuais; iii) despesas com pessoal e suplementos remuneratórios com pessoal com cargos, que estão a ser debitadas nos departamentos e que deveriam ser retiradas dos serviços centrais. Por fim, interroga o porquê de não se terem reportado aos dados do ano transato, para a elaboração do orçamento, quando este é o melhor ano que espelha a realidade. Para finalizar, conclui que o que daqui decorre é a necessidade urgente de uma revisão estatutária, na medida em que se está a racionalizar a oferta letiva, prejudicando algumas áreas científicas.-----

-----Doutora Gilberta Rocha: Começa por esclarecer que a confusão gerada com os diversos documentos advém do facto de alguns departamentos terem disponibilizado mapas elaborados pelos próprios departamentos, que não coincidem com os que foram entregues pelo Presidente do Conselho Geral. Em relação ao Plano de Atividades, considera que melhorou muito, apesar de ainda não serem uniformes, e propõe que a própria Reitoria faça um plano idêntico, para o conjunto da Universidade, de modo a poder solicitar aos departamentos os eventuais dados em falta. Quanto ao Orçamento, é de opinião de que a racionalização dos meios tem de ser feita de outra forma, e que deveria haver percentagens iguais para todas as unidades orgânicas. No que diz respeito à redução das despesas, considera muito otimista a visão de redução do consumo de eletricidade. Quanto aos suplementos remuneratórios, afirma que desconhece o que era feito anteriormente, daí não poder se pronunciar sobre o assunto.-----

-----Doutor Mário Fortuna: No início da sua intervenção, apresentou um protesto pelo facto de a documentação não estar em zona acessível para consulta imediata e pelo facto de os orçamentos aprovados nos anos anteriores não serem publicados nem estarem acessíveis a toda a comunidade académica. Em relação ao Plano de Atividades, afirma que estava à espera de um Plano de Atividades da Universidade, ou seja, de uma

síntese, onde os planos de cada departamento ficassem em anexo. Quanto ao Orçamento, salienta que está a faltar a fiabilidade das projeções das receitas e das despesas, bem como a execução orçamental deste ano e do ano anterior, e a explicação que dá credibilidade aos valores apresentados, mostrando a sua preocupação pelo défice verificado, por verificar um aumento da despesa com pessoal, o que demonstra que os departamentos não trabalharam para o orçamento nem houve um esforço de convergência. Por fim sugere uma metodologia mais objetiva, com base nos dados dos Serviços Académicos. Na sua opinião, este orçamento não está em condições de ser aprovado na sua totalidade, ou seja, o orçamento global deve ser aprovado, porque já foi enviado para o Ministério, mas é necessário rever o plano por departamentos, tendo sugerido que a Reitoria convoque as direções dos departamentos para estudarem/refletirem a situação.-----

-----Dr. Roberto Amaral: Considera que a parte legal foi cumprida e que o orçamento enviado para o Ministério não poderia ter sido apresentado de outra forma. No entanto, há que resolver o défice interno da Universidade. Tem que haver uma solidariedade entre os departamentos num esforço de diminuição de despesas e cada departamento tem de saber que receitas adicionais encontra e que despesas deve cortar para encontrar o equilíbrio.-----

-----Doutor Alfredo Borba: Não considera que haja um plano estratégico da Universidade. No que diz respeito às normas para a elaboração do Plano, o que foi enviado para os departamentos foi muito semelhante ao que enviaram anteriormente, tendo-se verificado poucas ou nenhuma alterações. Em relação ao Orçamento, considera que houve falta de diálogo com o departamento, não tendo tido conhecimento das alterações que efetuaram aos mapas aprovados no departamento.-----

-----No seguimento das intervenções anteriores, o Presidente do Conselho Geral explicou que o Conselho entendeu que deveria haver um plano de convergência coordenado pela Reitoria, tendo deliberado estabelecer um modelo padrão, no sentido de os planos setoriais obedecerem a um modelo único. Sobre a data da reunião, esclareceu que não foi possível realizar a reunião na data inicialmente prevista, por não ter número suficiente de confirmações que permitissem a realização da mesma. Além disso, teve conhecimento de que, na véspera da projetada reunião, o Magnífico Reitor havia sido convocado para uma reunião do CRUP, onde iriam ser tratadas questões com possível impacto na elaboração do orçamento, podendo implicar a sua alteração. Finalmente, quanto ao Plano de Atividades, congratula-se pelo facto de, no Plano do Departamento de Oceanografia e Pescas, se verificar, pela primeira vez, a intenção de se

imputarem os custos pelos serviços prestados, tendo a Doutora Gabriela Queiroz aproveitado para informar que o Departamento de Geociências também já contribuiu no ano passado para as despesas do departamento.-----

-----Tomando a palavra, o Magnífico Reitor referiu mais uma vez que, dadas as circunstâncias resultantes de uma recente eleição, o Plano de Atividades agora apresentado não era o que desejavam entregar e que no futuro pretendiam melhorá-lo. Em relação ao corte de financiamento, garantiu que irão fazer todos os possíveis para poderem ultrapassar a situação, tendo chamado a atenção para as propostas de resolução destes problemas apresentadas no Plano de Atividades entregue.-----

-----O Administrador da Universidade dos Açores chamou a atenção para o cuidado que se deve ter na leitura dos mapas, tendo explicado que a grelha que foi enviada para as unidades orgânicas preencherem ainda estava de acordo com o *plafond* de dois mil e onze e que, devido ao corte de financiamento, foi necessário fazer um ajuste, daí as alterações verificadas. Quanto às remunerações, esclarece que foram enviadas listagens às unidades orgânicas, para verificarem se os valores estavam corretos e que todos os valores das rubricas foram fornecidos pelas unidades orgânicas. Quanto ao aumento do pessoal do DOP, esclarece que não houve contratações. O que deu origem ao aumento do valor das despesas de pessoal foi o regresso de pessoas que se encontravam requisitadas em outras instituições.-----

-----Sobre o Plano de Atividades, o Vice-Reitor esclareceu que, comparando os dois planos – o do ano passado e o deste ano –, há uma melhoria em relação aos anos anteriores, apesar de ter verificado algumas deficiências na elaboração a nível de conteúdo, dizendo que pretende fazer uma proposta para conteúdos mais padronizados. Em relação ao Orçamento, considera que é importante a transparência, dada a situação geral do país. Finalmente, no que diz respeito aos serviços centrais, explica que nem todas as despesas de funcionamento estão nas mãos dos serviços centrais, nem são da inteira responsabilidade dos serviços centrais.-----

-----Após o período de debate, o Presidente do Conselho Geral colocou à votação as seguintes propostas:-----

-----Proposta 1: “Não colocar à votação o Anexo II”. A proposta foi aprovada por maioria, com doze votos a favor, zero votos contra e duas abstenções.-----

-----Proposta 2: “Colocar à votação o orçamento global”. A proposta de orçamento foi aprovada por maioria, com cinco votos a favor, zero votos contra e nove abstenções.-----

-----O Doutor Carlos Amaral apresentou uma declaração de voto, dizendo que votou favoravelmente por se tratar de dado adquirido, alertando, no entanto, para que seja a última vez que tal aconteça.-----

-----Proposta 3: “Colocar à votação o Plano de Atividades”. A proposta de plano foi aprovada por maioria, com quatro votos a favor, dois votos contra e oito abstenções.-----

-----De seguida, foi submetida à votação a deliberação do Conselho Geral n.º 1/2011, nos seguintes termos:-----

-----“O Conselho Geral da Universidade dos Açores aprovou o Orçamento da Universidade dos Açores para 2012, na sua globalidade, com cinco votos a favor, zero votos contra e nove abstenções, bem como o seu Plano de Atividades para 2012, com quatro votos a favor, dois votos contra e oito abstenções.-----

-----Para efeitos de execução imediata, esta deliberação foi aprovada por unanimidade.”-----

-----Os trabalhos foram interrompidos para o almoço pelas treze horas e cinquenta e cinco minutos, tendo sido retomados pelas dezasseis horas.-----

-----4. O Presidente do Conselho Geral colocou à apreciação do Conselho a proposta de envio, ao Ministro da Educação e Ciência, de dois ofícios em anexo à Ordem de Trabalhos relacionados com o processo orçamental da Universidade dos Açores, nomeadamente no que diz respeito ao processo de elaboração do Orçamento e sua calendarização e ao impacto dos cortes orçamentais e respetivos critérios de aplicação.-----

-----O conselheiro Mário Gata sugeriu que se acrescentasse, ao segundo ofício em apreço, uma referência ao menor acesso da UAc a rendimentos próprios relativamente a Universidades do Continente, devido a ausência de condições do meio económico local que possibilitem a realização de parcerias financeiramente rentáveis com empresas, o que justificaria por si só uma diferenciação nos cortes efetuados, ao contrário do decidido pelo Ministério.-----

-----Apesar de reconhecerem que no atual contexto o envio dos referidos ofícios poderá não ter qualquer efeito prático, os conselheiros Mário Mesquita, Mário Gata, Roberto Amaral e Gilberta Rocha, consideram que os referidos ofícios devem ser enviados, como uma tomada de posição por parte da Universidade dos Açores.-----

-----Segundo o conselheiro Mário Fortuna, o Conselho Geral pode manifestar a sua apreensão em relação às consequências que daí advêm. No entanto, considera que o envio tardio dos dados do Ministério é um problema interno e não propriamente do Ministério, daí não concordar que seja pedido um prazo mais alargado.-----

-----Na opinião dos conselheiros Tomaz Dentinho e Alfredo Borba, apenas se deve apoiar o envio do primeiro ofício.-----

-----Procedendo-se à votação, foram verificados os seguintes resultados:-----

-----Envio do 1.º ofício: proposta aprovada por maioria, com nove votos a favor, um voto contra e quatro abstenções.-----

-----Envio do 2.º ofício: proposta aprovada por maioria, com sete votos a favor, um voto contra e seis abstenções.-----

-----5. O Presidente do Conselho Geral informou os conselheiros que lhe foi presente um “recurso hierárquico impróprio” apresentado pelo ex-Administrador dos Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores sobre o Despacho 163/2011 de 5 de julho de 2011, o qual determina a cessação da nomeação daquele titular, tendo solicitado para o efeito um parecer jurídico, no sentido de clarificar quais as competências do Conselho Geral sobre a matéria. Acrescentou ainda que, de acordo com o referido parecer e com base nas informações que recolheu, o Conselho Geral não tem competência para deliberar sobre o assunto o qual envolve competências próprias do Magnífico Reitor.-----

-----Levando o assunto à consideração do Conselho Geral, abriu-se um período de intervenções, tendo os conselheiros defendido as seguintes posições:-----

-----Doutora Gilberta Rocha: Concorda que o Presidente tenha trazido o assunto à reunião, mas pretende saber quais são as competências do Conselho Geral, pois acha que não lhe compete avaliar os atos individuais do Reitor em esferas da sua competência, como a que está em discussão.-----

-----Doutor Alfredo Borba: O Reitor tem todo o direito de fazer as substituições que entender, desde que cumpra com a Lei. Como conselheiro, pretende saber a quem deve ser enviado o pedido, não lhe parecendo ser da competência do Conselho Geral.-----

-----Dr. Mário Mesquita: Tendo em conta que o visado tem ao seu dispor outros meios para apresentar o recurso, considera que este caso não deve ser apreciado pelo Conselho Geral.-----

-----Doutor Carlos Amaral: Tem dificuldade em pronunciar-se sobre a matéria por não estar na posse de toda a informação. No entanto, afirma que, de acordo com o RJIES e com os Estatutos, o Conselho Geral tem competências para se pronunciar sobre todos os atos do Reitor, independentemente da sua natureza, mas não tem competência para anular um despacho do Reitor, ou verificar a questão da legalidade ou ilegalidade do mesmo. Por fim, acrescenta que, havendo lugar a indemnização há que saber que montantes estão em causa.-----

-----Doutor Mário Fortuna: Considera que o que está em causa é a correção do despacho do Reitor, não sendo da competência do Conselho Geral ver da ilegalidade ou não do processo. Este Conselho Geral só poderá avaliar os atos do Reitor sobre a matéria no final do processo.-----

-----Dr. Roberto Amaral: Tratando-se de um ato puramente administrativo e jurídico, não cabe ao Conselho Geral decidir ou pronunciar-se sobre o assunto.-----

-----Dr. Delmar Bizarro: Na qualidade de jurista, entende que o caso foi mal conduzido e que o Conselho Geral só deve tomar conhecimento do mesmo, sendo descabido estarem a discutir sobre um processo que ainda não está encerrado.-----

-----Doutor Tomaz Dentinho: Embora não seja da competência do Conselho Geral tratar destes assuntos, acha que o Conselho Geral não está devidamente informado sobre as decisões da Reitoria em relação à gestão dos recursos humanos.-----

-----Dr. Francisco Sampaio da Nóvoa: É de opinião de que, havendo alguma coisa a esclarecer, deverá ser feita no tribunal administrativo.-----

-----Doutor Carlos Vouzela: Por se tratar de um assunto muito melindroso, compreende a posição do Presidente do Conselho Geral, ao trazer o assunto à reunião. No entanto, considera que este deve ser encaminhado para as instâncias próprias.-----

-----Após o período de debate, o Presidente do Conselho Geral chamou a atenção para o memorando que entregou, onde atesta a sua posição sobre o assunto, esclarecendo que apenas o trouxe para conhecimento, por achar que era sua obrigação fazê-lo dada a relevância da questão. Não sendo da competência do Conselho Geral deliberar sobre a matéria, informou que, em nome do Conselho Geral, irá enviar um ofício a informar que o assunto foi debatido, sugerindo que o mesmo seja tratado pelas instâncias próprias.-----

-----6. Outros assuntos de interesse para a Universidade dos Açores.-----

-----O Doutor Tomaz Dentinho agradeceu a colaboração do Magnífico Reitor nas reuniões do Conselho Geral, considerando importante a sua presença, para bem do bom desempenho da Universidade dos Açores, ao que o Magnífico Reitor agradeceu, mostrando a sua disponibilidade para colaborar com o Conselho Geral, por considerar tratar-se de um órgão muito importante para o funcionamento da Universidade.-----

-----De seguida, o Presidente do Conselho Geral deu conhecimento de um convite que recebeu para participar num júri de um concurso sobre empreendedorismo, aberto pela COTEC Portugal a todas as Universidades portuguesas.-----

-----No final da reunião, o Presidente do Conselho Geral auscultou os conselheiros quanto à data da reunião a marcar para discussão do Anexo II (documentos

departamentais) e do Plano Estratégico, tendo a mesma ficado agendada para o dia nove de dezembro.-----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a reunião às dezassete horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, irá ser assinada nos termos da Lei.-----

O Presidente do Conselho Geral: